

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

MARCELLA FLORYANA RIBEIRO

**A ACESSIBILIDADE COMO FERRAMENTA PARA INCLUSÃO
ESCOLAR E SOCIAL DE PESSOAS COM SURDOCEGUEIRA**

MARINGÁ
2013

MARCELLA FLORYANA RIBEIRO

**A ACESSIBILIDADE COMO FERRAMENTA PARA INCLUSÃO
ESCOLAR E SOCIAL DE PESSOAS COM SURDECEGUEIRA**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Pedagogia apresentado à Universidade
Estadual de Maringá como requisito
parcial para a obtenção do título de
Pedagoga.

Orientação: Profa. Dra. Maria de Jesus
Cano Miranda
Coordenação: Profa. Aline Frollini
Lunardelli Lara

MARINGÁ

2013

MARCELLA FLORYANA RIBEIRO

**A ACESSIBILIDADE COMO FERRAMENTA PARA INCLUSÃO ESCOLAR E
SOCIAL DE PESSOAS COM SURDOCEGUEIRA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia apresentado à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título Pedagoga.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Jesus Cano Miranda.

Coordenação: Profa. Aline Frollini Lunardelli Lara

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria de Jesus Cano Miranda (Orientadora)
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Ercília Maria Angeli Texeira de Paula
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Ma. Simone de Souza
Universidade Estadual de Maringá

“Nunca se deve consentir em rastejar quando se sente um impulso para voar.”
(Helen Keller)

“Porque para Deus nada é impossível.”
(Lucas 1, 37)

Dedico este trabalho aos meus pais,

Osmar e Marcília,

os quais me ajudaram de todas as formas para que eu chegasse até aqui. E também às pessoas surdocegas e suas famílias que acreditam no potencial de seus filhos vivendo na certeza de que tudo é possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo seu infinito amor, paciência e misericórdia, por todas as oportunidades que me deu de realizar os meus sonhos e sonhar comigo, pois sem Ele nada seria possível. Quero o nome de Deus engrandecer e agradecer por tua obra em minha vida;

Aos meus pais, Osmar e Marcília, que são a maior alegria em minha vida, meus heróis a quem devo toda gratidão e amor. Amo vocês!

A minha querida vovó Miriam, que me deu forças para continuar nos momentos mais difíceis, me animando e incentivando a lutar sempre, em todas as circunstâncias. A senhora é minha paixão;

Ao meu noivo Tiago, que me sustentou e me motivou esse tempo todo a nunca parar nas pequenas coisas. Você é muito importante pra mim, obrigada por me ajudar nesta conquista e fazer parte dela. Te amo;

A minha querida orientadora Maria de Jesus Cano Miranda, que pacientemente orientou-me na elaboração deste trabalho, pela sua dedicação, sua exigência e comprometimento;

As minhas amigas Ana Elisa, Aline, Flávia e Renata que me ajudaram nas horas de desespero, me encorajando e dando apoio;

A todos que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho e que torceram por mim!

Muito obrigada de todo o meu coração!

RIBEIRO, Marcella Floryana. **A ACESSIBILIDADE COMO FERRAMENTA PARA INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL DE PESSOAS COM SURDOCEGUEIRA.** 2013. 54p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma reflexão sobre a temática da acessibilidade como ferramenta para inclusão escolar e social de pessoas com surdocegueira, em questão de como isso vem ocorrendo no Brasil. Tem como objetivo estudar as diferentes formas de acessibilidade escolar e social da pessoa que apresenta a surdocegueira; compreender suas características e dimensões; analisar como a legislação brasileira contempla a acessibilidade e a inclusão dessas pessoas e investigar como a educação favorece no processo de acessibilidade, inclusão escolar e social. Para tanto, como metodologia é utilizada a pesquisa bibliográfica e qualitativa. Fundamenta-se na concepção histórico-cultural defendida por Vigotski, o qual argumenta que estas crianças não podem ser vistas por suas limitações, mas pelo que elas apresentam de íntegro e as possibilidades de desenvolvimento de suas potencialidades. São analisadas, também, obras de autores consagrados sobre a inclusão escolar e social, bem como documentos oficiais referentes à temática. Os resultados apontam que ainda hoje muitas profissionais não sabem o que é a surdocegueira, as dificuldades que essas pessoas enfrentam para participarem da sociedade e terem uma educação de qualidade, mostrando também que ao longo do tempo esta área foi se constituindo em um campo de saberes específicos que podem auxiliar a acessibilidade escolar e social destes indivíduos. Conclui-se que, por meio dos estudos desenvolvidos nesta pesquisa, seja possível oportunizar reflexões que permitam à comunidade escolar repensar sobre a acessibilidade e a inclusão das pessoas com surdocegueira, pois são ferramentas importantes na relação humana, além de trazer um maior entendimento a respeito do processo da inclusão e do conhecimento de práticas que atendam essas pessoas.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação. Legislação. Surdocegueira.

ABSTRACT

This research proposes a reflection on the topic of accessibility as a tool for educational and social inclusion of people with deafblindness in the question of how this is happening in Brazil. Aims to study the different forms of educational and social accessibility of person submitting deafblindness; understand its characteristics and dimensions; analyze how Brazilian legislation includes accessibility and inclusion of people and investigate how education fosters the process of accessibility, inclusion in school and social. Therefore, as a methodology is used to search the literature and qualitative method. Based on the cultural-historical conception advocated by Vygotsky, which argues that these children cannot be seen by their limitations, but by what they present the righteous and the possibilities of developing their full potential. Analyzed are also works by renowned authors on the educational and social inclusion, as well as official documents relating to the theme. The results show that even today many professionals do not know what is deafblindness, the difficulties of these people face to participate in society and to have a quality education, also showing that over time this area was constituted in a field of knowledge specific which can aid accessibility of these school and social person. Accomplish that, through studies conducted in this research, it is possible to create opportunities reflections that allow the school community to rethink about accessibility and inclusion of people with deafblindness, they are important tools in human relationship. In addition to bringing a greater understanding about the process of inclusion and knowledge practices that meet people with deafblindness.

Keywords: Accessibility. Education. Legislation. Deafblindness.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CONTEXTO HISTÓRICO DA SURDOCEGUEIRA	12
2.1 Conceito da surdocegueira.....	15
2.2 Estudando as possíveis causas da surdocegueira.....	17
2.3 A surdocegueira e as diferentes formas de comunicação	20
3 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ATENDIMENTO DA PESSOASURDOCEGA	29
3.1 Da legislação geral	29
3.2 Das leis específicas.....	34
3.3 Do decálogo do surdocego.....	37
4 Da importância da educação	39
4.1 Da aprendizagem das pessoas surdocegas.....	40
5 DIFERENTES ASPECTOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL DAS PESSOAS COM SURDOCEGUEIRA	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
7 REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso cumpre às exigências do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), e se propõe a estudar as diferentes formas de acessibilidade escolar e social da pessoa que apresenta surdocegueira e suas implicações neste processo.

O interesse por este tema surgiu ao assistir o filme “Black”, por leituras de artigos escritos por estudiosos no assunto e, ainda, por conhecer pessoas que apresentam a surdocegueira, as quais mostram suas dificuldades e soluções para os problemas de acessibilidade escolar e de inclusão social.

A inclusão social significa tornar as pessoas cidadãs, participantes da vida social, econômica e política, assegurando assim os seus direitos. Para isso, as pessoas com surdocegueira precisam aprender meios de comunicação alternativos assim como todas as pessoas que estão junto a elas também.

Para Carvalho (2004, p. 77), as escolas devem se adaptar aos novos alunos, e, para isso, precisam ter condições necessárias para oferecer educação adequada às necessidades individuais de aprendizagem. Sendo assim, não é o aluno quem deve se adaptar ao ambiente escolar tal como se encontra. Porém, este princípio da inclusão não é assimilado pela equipe escolar, pelo fato de termos um projeto escolar elitista, homogenizador e meritocrático que visa alunos idealizados.

Contudo, não é tão simples esta questão, pois as escolas terão que levar em conta a diversidade e as diferenças de cada indivíduo, muitas vezes até mesmo a escola especial sente dificuldades de dar um atendimento adequado. Sendo que princípio de uma educação inclusiva é a valorização da diversidade, deixando o pré-conceito de que as pessoas precisam ser normais para contribuir com o mundo.

Jung (1990) afirma que a tarefa de formar seres humanos tem sido deixada de lado pela instituição, sendo que é tão ou mais importante que a transmissão de conhecimentos.

Desta forma, encontramos-nos em tempo de diferenças em que a globalização está cada vez mais uniformizadora, fugindo a certas conceituações estruturais, contestando antigas identidades essencializadas. Como afirma Pierucci (1999), sendo os diferentes e reconhecendo isso, a novidade está em quereremos ser também diferentes de direito.

O processo de inclusão escolar implica em mudanças radicais na estrutura das escolas e na compreensão dos educadores. Para Carmo Neto (2000), os professores apontam dificuldades na construção de novas representações de alunos que apresentam deficiências, além de mostrarem sentimentos incertos a respeito da inclusão.

Diante do exposto, este trabalho tem como principal objetivo compreender a surdocegueira em suas diferentes características e dimensões. Os objetivos específicos estão assim delineados: analisar como a legislação brasileira contempla inclusão dessas pessoas na escola comum e investigar como a educação pode favorecer no processo de inclusão escolar e social.

São inevitáveis algumas indagações que possibilitaram o desenrolar deste trabalho, tais como: O que é a surdocegueira? Quais suas características? Quais suas implicações para o processo de inclusão escolar e social da pessoa que apresenta esta deficiência? Como a legislação brasileira contempla os direitos de pessoas com surdocegueira, assegurando-lhe acessibilidade? De que maneira a educação pode favorecer o processo de inclusão escolar e social das pessoas com surdocegueira?

A metodologia que dá embasamento teórico à presente pesquisa é a análise das obras de autores consagrados sobre a inclusão social, bem como demais documentos oficiais que também tratam sobre a temática. O resultado esperado é de que se consiga contribuir com reflexões junto à comunidade escolar no que tange à acessibilidade e a inclusão das pessoas surdocegas, tendo em vista o desenvolvimento dessas pessoas quando inseridas no convívio em sociedade.

Para efeitos de sistematização do estudo, o presente texto está organizado em seis partes, sendo que na introdução discute-se a temática no geral e são apresentados os objetivos da pesquisa, a metodologia e a problematização. Na segunda parte apresenta-se o contexto histórico da surdocegueira, bem como sua conceituação, suas possíveis causas, e as formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas, conforme renomados estudiosos sobre o tema. A terceira parte contempla a legislação geral e específica vigente que garante os direitos das pessoas surdocegas, e também a acessibilidade escolar e social. Complementa-se, nesta parte, o estudo de políticas públicas que se voltam e visam reafirmar essas garantias legais, e a forma na qual a educação favorece o processo de acessibilidade e inclusão dessas pessoas. A quarta parte do trabalho volta-se para o

processo educacional da pessoa surdocega, mostrando como é o processo de aprendizagem dessas pessoas, salientando a importância da educação e do professor neste processo. A quinta parte discorre sobre os diferentes aspectos da acessibilidade e da inclusão escolar e social das pessoas com surdocegueira na sociedade. Por fim, a sexta parte do trabalho engloba as considerações finais que estabelece um posicionamento diante de todo o embasamento teórico fornecido pela presente pesquisa.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA SURDOCEGUEIRA

O presente estudo visa contemplar as mais diversas dimensões da surdocegueira, iniciando-se com os seus aspectos históricos no Brasil e no mundo.

De acordo com Vieira (2010), quando se fala a respeito da surdocegueira no decorrer dos tempos, vem à tona nomes e locais que, para quem vive o cotidiano da surdocegueira, tornam-se imortais, ou seja, mitos reais daquilo que descreveu as primeiras características educacionais nesta área.

A primeira criança surdocega que foi educada com sucesso foi Laura Bridgman que entrou no Instituto Perkins (EUA) em 1837. Outra experiência afável foi proporcionada à sociedade de todo o mundo em 1886 por Anne Sullivan, uma professora surda e sua aluna Helen Keller, estudante da Perkins por vários anos. Como se pode notar, a educação surdocegos nasceu nos EUA, conseqüentemente, hoje em dia, há mais pessoas com surdocegueira sendo educadas e reabilitadas neste país que no restante do mundo, Vieira (2010).

De acordo com Vieira (2010), os programas educacionais voltados para surdocegos na Europa iniciaram-se na França (em 1884), seguindo-se pela Alemanha (em 1887) e Finlândia (em 1889), ressaltando ainda que, em cada um destes lugares, o número de alunos era relativamente pequeno.

Garcia (2007a) em seus estudos defende que a história da surdocegueira no Brasil iniciou-se em 1953, em decorrência da visita de Helen Keller, já popularmente conhecida. Esta visita foi responsável por sensibilizar uma grande personalidade, a educadora Nice Tonhozi Saraiva, que anos mais tarde seria nacionalmente conhecida por seus esforços.

Saraiva, já trabalhando na educação de cegos no Instituto de Cegos “Padre Chico” em São Paulo, dedicou-se também à educação de surdocegos a partir de 1962 quando tão logo voltou dos EUA. Ainda em 1962, fundou o Serviço de atendimento ao deficiente Audiovisual (SEADAV).

Em 1963, por intervenção do estado a SEADAV foi transferida de São Paulo para São Bernardo do Campo. Em 1968, a SEADAV passou a se chamar Escola Residencial para Deficientes Audiovisuais (ERDAV). Em 1977, para garantir maior autonomia da escola, foi novamente alterada e passa a ser chamada Fundação

Municipal Anne Sullivan (FUMAS) que ficou sendo a mantenedora da Escola de Educação Especial Anne Sullivan, que funciona até os dias de hoje.

Oliveira (2012) ressalta que, em 1977, a Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABEDEV) reativou o programa de atendimento ao surdocego. Outra organização que merece o devido destaque é o Instituto Nacional dos Surdos (INES) que trabalha com crianças surdocegas, em nível mundial, tais como a Organização Nacional de Cegos na Espanha, a União Latino Americana de Cegos, a SENSE – Internacional e a Associação Nacional de Surdocegos e Rubéola, na Inglaterra.

Kinney (2005) estabelece que nos Estados Unidos, na década de 60, uma epidemia de Rubéola afetou cerca de 50.000 mulheres e o Centro de Doenças, em Atlanta, previu que umas 2.500 crianças nasceriam surdocegas. O grande impacto, causado por essa previsão, levou as autoridades a se mobilizarem para a criação de Centros especializados para o atendimento destas crianças. Então, em janeiro de 1968, foi assinada pelo Presidente Johnson uma lei determinando estabelecimentos de Centros e Serviços que atendessem as crianças surdocegas nos Estados Unidos.

Segundo Kinney (2005), hoje em dia, em todos os cantos do mundo, vem sendo desenvolvidos os mais diversos programas de atendimento ao surdocego e de apoio aos seus familiares:

Na Espanha, a “Unidad Educativa para Niños Sordociegos” da ONCE; Em Portugal, o “Instituto Jacob R. Pereira”; Na França, o “Centre d’Education Specialiséé pour Sourds-Aveugles”; Na Itália, a “Lega Del Filo d’oro”; Na Dinamarca, o “Nordic Staff Training Center for the Deaf-Blind Services”; Na Rússia, o Lar “Zagorsk” para a criança Surdocega; Na Alemanha, o “Deutsches Taubblindenwerk”; Na Inglaterra, a “Carnbooth School”; Na Finlândia, a “Associação Finlandesa de Surdocegos”; Nos Estados Unidos, o “Helen Keller National Center for Deaf-Blind Youths and Adults”; No Brasil a “Fundação Municipal Anne Sullivan”, a “Associação para Deficientes da Audio-Visão - ADefAV”, ambas em São Paulo e, mais recentemente, o “Instituto Benjamin Constant”, no Rio de Janeiro, por meio do Programa de Atendimento e Apoio ao Surdocego - PAS são algumas das organizações que têm propiciado ao surdocego diferentes oportunidades para reverter o processo de exclusão social a que estão submetidas essas pessoas. (KINNEY, 2005, p. 2)

Assim, verifica-se que muitos países se preocupam com a questão do bom atendimento à pessoa surdocega, e desenvolvem, por conta própria, os programas mencionados acima para, além de tudo, fornecer apoio aos familiares dessas pessoas, o que é de extrema importância.

A partir de 1991, os profissionais, familiares e pessoas com surdocegueira se uniram em prol de uma “Ação Afirmativa”, que visava reconhecer a surdocegueira como uma deficiência única, isso devido ao fato de que estas pessoas não se beneficiavam dos programas educacionais voltados para pessoas somente com surdez e/ou de pessoas apenas com deficiência visual.

Essa ação afirmativa ganhou vulto mundial e hoje ela é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) conforme a Convenção que foi ratificada pelos parlamentos Andino e Europeu bem como nos governos dos Estados Unidos, Austrália e Canadá. No Brasil desde 2000 ela está sendo reconhecida pelo Ministério da Educação e Ministério da Justiça e Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Atualmente as Secretarias das Pessoas com Deficiência e os Conselhos Estaduais e Municipais também a reconhecem, aponta Maia (2010).

No entendimento de Silva (2001), verifica-se que o conhecimento sobre a surdocegueira vem despertando uma crescente atenção tanto nos meios educacionais quanto nos de saúde.

São diversos fatores que têm contribuído para esse “acordar”, alguns se destacam pela grande influência exercida em todo o processo de desenvolvimento da área, tais como: a mobilização dos deficientes em geral na busca por seus direitos como cidadãos, organizando-se em associações e buscando espaço na imprensa por meio das artes, esporte, assim como, se capacitando cada vez mais para estudo e trabalho; as famílias empenhadas em conhecer os recursos de saúde e educacionais para seus filhos ao invés da aceitação passiva de suas limitações; a legislação sobre "inclusão", que vem trazendo a presença de crianças especiais nas classes do ensino comum, provocando necessidade de novos conhecimentos para os profissionais que os atendem; a eficiência dos diagnósticos diferenciais facilitando os encaminhamentos para a educação e o trabalho integrado entre educação e saúde; e os setores educacionais cada vez mais aptos e preparados para o atendimento às pessoas que apresentam algum tipo de deficiência (SILVA, 2001).

2.1 Conceito da surdocegueira

A surdocegueira é caracterizada por ser uma deficiência única, e não a junção de das deficiências auditiva e visual. Abrange o comprometimento, que pode se apresentar em graus variados, dos sentidos da visão e audição, os quais são amplamente considerados como sentidos receptores das informações à distância. Os efeitos da deficiência auditiva e visual no desenvolvimento infantil estão relacionados ao grau e ao período de surgimento de cada um dos comprometimentos (CADER; COSTA, 2003).

No entanto, a surdocegueira é uma deficiência que se caracteriza por apresentar a perda auditiva e visual de forma concomitante, em diferentes graus. Isso faz com que a pessoa com surdocegueira desenvolva diversas formas de comunicação, para que consiga entender e interagir com as outras pessoas e o meio ambiente, de forma a ter acesso às informações, vida social com qualidade, orientação, mobilidade, educação e trabalho (GRUPO BRASIL, 2003).

Segundo Silva (2010), a surdocegueira é uma deficiência única em razão de apresentar a perda auditiva e visual, de forma que a comunicação das duas deficiências torna impossível o uso dos outros sentidos auxiliares à distância (visão e audição). Então, isso cria algumas necessidades específicas para que consiga a comunicação, causando em alguns casos grande dificuldade em acessar as informações e compreender o mundo externo, pois acaba ocasionando isolamento.

Para que o processo de desenvolvimento da comunicação ocorra efetivamente, a visão e a audição são canais sensoriais de extrema importância, pois a ausência destes canais prejudica o processo de apreensão progressiva. Isso ocorre devido à limitação de que o indivíduo disponha de meios para desenvolver sua capacidade de aprender muitas das informações de seu meio e também fica privado em sua capacidade de explorar o ambiente (CAMBRUZZI, 2007).

A surdocegueira é uma deficiência única que requer abordagem específica e um suporte educacional e social. Divide-se em congênita e adquirida, podendo ocorrer em pessoas com cegueira que se tornaram surdas, pessoas com surdez que se tornaram cegas ou indivíduos que nasceram ou adquiriram surdocegueira precocemente (SÃO PAULO, 2012).

Serpa (2002) defende que surdocego é aquele sujeito que apresenta dificuldades visuais e auditivas, independentemente do grau de surdez ou cegueira que possui. A surdocegueira pode ser congênita, casos nos quais a pessoa já nasce com esta única deficiência, como por exemplo, conseqüências da rubéola adquirida pela mãe. A surdocegueira pode ainda ser adquirida, quando a pessoa nasce ouvinte, vidente, surda ou cega e adquire, por outros fatores alheios, a surdocegueira.

Diante dessa definição, Cader-Nascimento (2003) afirma que as pessoas com baixa visão associada à surdez profunda ou severa são consideradas surdocegas, isso porque apresentam dificuldades na associação de informações de curta e longa distância. Esta informação desencadeia a necessidade de que a definição seja repensada, para que, conseqüentemente, a categorização das pessoas seja feita em dois níveis: o sensorial e o educacional. O nível sensorial responsabilizar-se-ia por descrever as características da deficiência, enquanto o nível educacional enfatizaria o sistema da educação a ser utilizado, definindo, assim, procedimentos para o melhor atendimento voltado ao surdocego. Desta forma, verificar-se-iam condições mais cristalinas acerca da delimitação do campo de atuação dos profissionais do ensino.

Segundo o Centro de Apoio Pedagógico Especializado de São Paulo (2012), a surdocegueira é uma deficiência múltipla sensorial, caracterizada, então, pela associação de mais de uma deficiência. São, portanto, condições diferentes que se associam às mais diversas deficiências que afetam mais ou menos intensamente o funcionamento individual e o relacionamento social.

Cader-Nascimento (2003) defende que a lesão dos órgãos visuais e auditivos pode ser identificada por meio de exames clínicos, oftalmológicos e audiológicos completos. No entanto, o diagnóstico médico não pode ser capaz de explicar a maneira na qual a criança, particularmente, utilizará o resíduo visual e auditivo, bem como não é possível prever o processo compensatório que decorre do estímulo direcionado aos sentimentos remanescentes.

Outro aspecto relevante a ser considerado acerca da conceituação da surdocegueira abrange o período no qual ocorreu as perdas dos sentidos, se antes ou depois da aquisição da linguagem falada. Quando a criança adquire a deficiência antes de aprender a falar, ela está dentro do que a literatura especializada denomina com surdocegueira pré-linguística. Caso as duas perdas ocorram após a aquisição

da linguagem falada, considera-se que a pessoa é um surdocego pós-linguístico (SANTOS, GALVÃO; ARAÚJO, 2009).

Considera-se, então, a existência de dois grupos de surdocegos que apresentam características diversas. Silva (2001) define que o pré-linguístico engloba aqueles que adquiriram a surdocegueira antes da aquisição de uma linguagem, seja oral ou gestual.

É, portanto, aquele indivíduo que por uma combinação de distúrbios visuais e auditivos, pode acabar isolando-se do meio ambiente, fugindo da interação social, o que ainda faz emergir uma grave problemática relacionada com desenvolvimento global, sendo o mais importante deles o da comunicação. (silva, 2001, p.1)

O outro grupo que Silva (2001) define é o surdocego pós-linguístico, que são aqueles que adquiriram a surdocegueira após a aquisição da linguagem, seja oral ou gestual. Poderíamos dizer que o surdocego pós-linguístico é:

O indivíduo que adquiriu deficiências visuais e auditivas, numa tal combinação, que lhe trazem dificuldades de comunicação, locomoção e outras dificuldades para sua vida diária, quer seja na família, no estudo e em sua integração social; sendo que o mais importante inicialmente, será a escolha da nova forma de comunicação. (SILVA, 2001, p.1)

Santos, Galvão e Araújo (2009) confirmam que considerando as possibilidades de intersecção entre os tipos de deficiência visual e os tipos de deficiência auditiva, existirão então diferentes tipos de surdocego, desde aqueles que têm perda total visual e auditiva, até aqueles que têm um bom resíduo visual e/ou um bom resíduo auditivo.

2.2 Estudando as possíveis causas da surdocegueira

As pesquisas evidenciam três possíveis aspectos que podem desencadear um quadro de surdocegueira, quais sejam: 1- Pré-Natais: problemas decorrentes de antes do nascimento; 2- Problemas que ocorrem durante a gestação: doenças como a Rubéola, Toxoplasmose e Sífilis congênita; 3- Peri-Natais: que caracteriza os problemas que ocorrem durante o nascimento do bebê. Dentro deste grupo, a mais

perigosa é a Anóxia de parto, que significa a falta de oxigênio no cérebro, resultado, muitas vezes, de um trabalho de parto muito demorado.

Atualmente, a campanha pela opção do parto natural tem provocado situações de anóxias. Isso ocorre, pois os médicos ficam aguardando a dilatação, que muitas vezes acaba por não ocorrer, e o parto acaba “passando da hora”. Nestes casos, a falta de oxigênio danifica o sistema auditivo e visual do bebê.

Existem ainda a surdocegueira que ocorre por Pós-Natais: são os problemas ocorridos após o nascimento. Dentro deste grupo pode-se destacar a Meningite e a Síndrome de Usher (SANVITO, 1997).

Silva (2001) complementa, dizendo que as causas da surdocegueira podem ter origem genética como, por exemplo, a síndrome de Usher e Associação Charge, origem pré-natal causadas pela Rubéola Materna, a Toxoplasmose, Drogas teratogênicas e a incompatibilidade sanguínea. Origens causadas por lesões neonatais como a Anóxia e drogas tóxicas também podem ser adquiridas por meio de infecções como a Meningite, o Sarampo; Otites Graves, Sífilis, como também por acidentes, tumorações, etc.

Porém, conforme ficou demonstrado por meio dos estudos de Silva (2001), a causa mais frequente da Surdocegueira pré-linguística é nos casos em que se tem Rubéola materna, quando a doença se apresenta até o quarto mês de gravidez. Ainda, segundo o autor,

A rubéola é a responsável pela maioria dos casos de surdez, mas também é possível que a criança, ao nascer, apresente catarata congênita, que pode ser corrigida cirurgicamente logo nos primeiros meses de vida. Nesse caso a criança poderá fazer uso da visão mesmo que essa seja considerada visão sub-normal. Se bem estimulada a visão poderá adquirir funcionalidade. Importante que a família seja orientada precocemente em relação a comunicação, para não permitir que a criança se isole. (SILVA, 2001, p.3)

No entanto, nos dias atuais, a Síndrome de Usher tem sido frequentemente causadora da surdocegueira pós-linguística, que se caracteriza pela perda auditiva congênita ou logo nos primeiros anos de vida e a perda visual na adolescência, ou mais tarde, como consequência da Retinose Pigmentar, (SILVA 2001).

Schwarzbach (2009) traz a classificação da surdocegueira de modo que se possa entender os modos nos quais a criança pode adquiri-la, ou ainda, hipóteses nas quais pode-se verificar se a criança já nasce surdocega:

Cegueira congênita e surdez adquirida; Surdez congênita e cegueira adquirida; Cegueira e surdez congênita; Cegueira e surdez adquirida; Baixa visão com surdez congênita; Baixa visão com surdez adquirida. (SCHWARZBACH, 2009, p.2)

Schwarzbach (2009) aponta que, geralmente, essas crianças apresentam algumas características específicas que podemos analisar pelo comportamento que a criança desenvolve, são eles:

Movimentos estereotipados de mãos e dedos; balanceio; isolamento; desinteresse pelo ambiente e por formas convencionais de comunicação; Atração por locais com claridade intensa (janelas, luz solar, lâmpada); Desinteresse por objetos e brinquedos; · Defesa tátil; Indiferença a sons; Apresenta o comportamento de levar os objetos perto dos olhos; Dificuldade na locomoção, principalmente em lugares que não conhecem, tropeça muito em móveis baixos, cestos de lixos, cadeiras e tapetes; Dificuldade em ver e se movimentar no escuro; Contraí as pálpebras na tentativa de enxergar melhor; Dificuldade em perceber quando lhe entregam algum objeto ou lhe acenam; Dificuldade em perceber as pessoas que se aproximam; Comportamento de auto e hetero agressão; Rejeitam a aproximação física; Tem no olfato sua melhor informação e no movimento seu maior interesse; Distúrbio na alimentação (rejeição a alimentos sólidos); Utilizam sentidos não lesados, tato e olfato (leva à boca tudo que pega); Dificuldade em participar de conversação ou jogos em grupo; As luzes intensas lhe atrapalham; Choca-se com as pessoas; Derruba objetos da mesa e não percebem quando caem; Pode parecer tonto quando sai de um ambiente interno para um externo; Quando caminha pela rua tropeça com frequência nas ligeiras depressões do piso. (SCHWARZBACH, 2009, p.3)

Por meio destas características específicas, observa-se que existem muitas peculiaridades que permeiam o mundo no qual a criança surdocega desenvolve-se, necessitando, portanto, de assessoramento e diversas formas inclusivas nos mais diversos meios em que se vive.

Ainda na mesma esfera, cumpre ressaltar o relato de uma pessoa surdocega, discorrendo sobre suas necessidades, peculiaridades e demais pensamentos, conforme o texto que segue:

Nosso destino reservou-nos, muitos pensam assim, uma das piores deficiências que pode existir em um ser humano – a surdocegueira. O destino nos tira a cada dia que passam pouco mais de nossa visão e de nossa audição. Para muitos de nós, estes dois preciosos sentidos, não existem mais, para outros tantos, eles nem se quer chegaram a surgir. Mas apesar de nossa deficiência, que nos reserva

surpresas a cada instante, muitas, assustadoras, que fazem nosso coração e mente dispararem, buscando abrigo, segurança num mundo profundo, na maioria das vezes sem luzes nem som, mas que ainda há um pouco de ar para nos mantermos vivos. Assim somos desejosos de nos comunicarmos com o mundo que nos cerca, a interação e as constantes trocas com nosso meio, para muitos acontecem de forma obscura e para outros, inexistem, a não ser que tenhamos algo ou alguém para nos colocar em contato com nosso mundo. Alex Garcia, pessoa com surdocegueira. (GARCIA, 2007, p.1)

Dessa forma, verifica-se que a comunicação também é uma peça-chave no desenvolvimento dessas pessoas, pois é uma forma de fazer com que as demais compreendam as reais necessidades, e, assim, prezarem pela inclusão das pessoas surdocegas no convívio em sociedade.

2.3 A surdocegueira e as diferentes formas de comunicação

Devido às necessidades especiais da pessoa surdocega, evidencia-se que a mesma deve desenvolver diferentes formas para se comunicar com as outras pessoas.

Segundo Santos, Galvão e Araújo (2009) existem as mais variadas formas de comunicação que a pessoa surdocega pode desenvolver, e isso pode envolver ou não a linguagem convencional, ou seja, a linguagem escrita e falada. O tipo de comunicação deve ser de responsabilidade da própria pessoa surdocega. Abaixo, observa-se a descrição sucinta de algumas dessas possibilidades:

-Língua Brasileira de Sinais (Libras): utilizada pelas pessoas surdas e adaptada à condição visual do surdocego. Observando-se aspectos como distância e posicionamento para a apresentação dos sinais. Caso seja cegueira, os sinais são realizados na mão do surdocego.

-Alfabeto dactilológico: também chamado de alfabeto digital ou alfabeto manual do surdo digitado na mão da pessoa surdocega, que pela articulação ou posição dos dedos percebe o sinal que está sendo formado e decodifica a letra.

-Braille digital: o Braille digitado no corpo da pessoa surdocega, mas precisamente nos dedos.

-Escrita alfabética na palma da mão: as letras do alfabeto são traçadas na palma da mão da pessoa surdocega.

-Tadoma: a percepção da vibração e articulação das palavras realizada pela mão do surdocego junto ao aparelho fonoarticulatório do falante. (SANTOS, GALVÃO e ARAÚJO, 2009, p.259)

De acordo com Serpa (2002), a comunicação pré-simbólica tem início com os objetos de referência, que representam uma atividade na qual há uma relação específica com a ação a desenvolver, servindo para estruturar o dia a dia do aluno surdocego.

A comunicação permite à pessoa surdocego adaptar-se e integrar-se e isto “baseia-se na utilização intensiva de todos os recursos sensoriais que ainda possuem: resíduos visuais e/ou auditivos, tato, olfato, paladar, mas é o sentido do tato que adquire uma especial relevância nas suas necessidades de comunicação, de aquisição de conhecimentos e de aprendizagem”. (SERPA, 2002, p. 16)

A mesma autora ainda afirma que a comunicação com pessoas que adquirem a surdocegueira após a linguagem, é muito diferente da utilizada pelos surdocegos congênitos, já que os primeiros possuem um nível de pensamento simbólico e “costumam conservar a linguagem no transcorrer de suas vidas, caso não aconteçam circunstâncias especiais”. (SERPA, 2002, p. 16).

Os sistemas de comunicação são diversos e geralmente envolvem a(s) mão(s) da pessoa surdocego e de seu interlocutor ou intérprete. Podem ser divididos em alfabéticos e não-alfabéticos, se incluírem ou não a leitura-escrita de qualquer tipo, dependendo, para o seu ensino e uso, de condições e aprendizagens anteriores (SERPA, 2002).

O passo inicial é a realização de uma avaliação dos possíveis resíduos visuais e/ou auditivos e do nível de linguagem alcançado neste momento, antes de selecionar o sistema ou sistemas mais apropriados para cada caso concreto. Entretanto, seja congênita ou adquirida a sua limitação, os surdocegos dependerão sempre de métodos especiais de comunicação. As principais condições a considerar são os resíduos visuais e/ou auditivos; momento de aparecimento da surdocegueira; aceitação da nova condição (aspecto emocional); idade da pessoa ; nível educacional alcançado e o ambiente familiar. (SERPA, 2002, p. 16)

Dessa forma, Serpa (2002) contribui caracterizando as principais condições a serem consideradas na avaliação das pessoas com surdocegueira:

Existência de Resíduos: Se existem resíduos auditivos funcionais e utiliza aparelho auditivo ou outro sistema de amplificação, deve continuar a usá-lo para enfatizar a comunicação por este canal

sensorial. Se o resíduo visual é funcional, é importante conhecer o grau de visão e o campo visual (visão central / túnel, periférica, parcial ou numa posição de espaço específica); além disto, se a perda é progressiva ou se requer alguma ajuda ótica. Se a pessoa não tem estes dados, devemos solicitar uma avaliação com os profissionais correspondentes. (SERPA, 2002, p.17)

Há que se falar ainda a respeito do **Momento de Aparição**. “O momento do início da surdocegueira desempenha um papel decisivo no desenvolvimento geral, mas, sobretudo no desenvolvimento da linguagem e da comunicação (SERPA, 2002, p.17).

Aceitação da Condição: Na surdocegueira adquirida, a pessoa precisa de muito apoio e compreensão da família e do profissional de psicologia que o atende. Enquanto ele ou ela não puder “aceitar” esta nova situação, será difícil tentar implementar um sistema de comunicação. Devemos entendê-los e dar a eles o tempo que necessitarem para estar prontos para uma nova forma de receber e expressar necessidades e desejos.

Idade da Pessoa: Nós, seres humanos, temos diferentes motivações e interesses conforme a nossa idade. Não é a mesma coisa para o surdocego adolescente, adulto ou criança. (SERPA, 2002, p.17)

Além disso, conforme o texto citado anteriormente, percebe-se que devem ser consideradas a aceitação da condição, bem como a idade da pessoa surdocega, para que seja avaliada quanto ao resíduo visual e auditivo.

A aceitação principalmente nos casos de surdocegueira adquirida necessita muita atenção e compreensão da família. Já, em se tratando da idade, importante enfatizar que o período de aquisição da surdocegueira pode refletir diferentes resultados, dependendo do período aquisitivo (criança, adolescente ou adulto).

Nível de Educação: O nível intelectual e educacional alcançado pela pessoa antes de adquirir a surdocegueira é fundamental para escolher o sistema de comunicação a ser ensinado já que, dependendo do nível de escolaridade que tinha antes - quer dizer, se freqüentava um programa de educação para surdos ou pessoas com necessidades especiais, se conhece os códigos de leitura-escrita em tinta ou Braille, se terminou a escola primária, secundária ou a universidade ou se conhece um segundo idioma - dependerá a estratégia comunicacional que será aplicada.

No caso de uma pessoa que antes de adquirir a surdocegueira tenha freqüentado um curso de educação especial e não possua um nível intelectual simbólico que lhe permita compreender e expressar-se através de leitura-escrita ou sinais, ela deve utilizar os objetos de referência. Além disso, deve-se levar em conta as condições

sensoriais que o indivíduo possuía antes de adquirir a surdocegueira: se era surdo, cego ou era ouvinte e vidente. (SERPA, 2002, p.17)

Há que se observar, ainda, o nível de educação da pessoa que adquiriu surdocegueira, pois, este se relaciona diretamente com a escolha do sistema comunicativo de comunicação a ser ensinado, para que tenha os melhores resultados.

Ambiente Familiar: A família é um grupo fundamental no processo da comunicação e do desenvolvimento das potencialidades do surdocego. Na família de um surdocego é muito comum desenvolver atitudes equivocadas para com eles, tais como: lástima, superproteção, rejeição, etc., causadas pelo desconhecimento das capacidades destas pessoas e não saber como se comunicar com elas. (SERPA, 2002, p.17)

A família nos dias de hoje ocupa posição primordial no desenvolvimento da comunicação e demais potencialidades da pessoa que apresenta surdocegueira. Não se deve lastimar a condição do surdocego ou superprotegê-lo, pois isso pode prejudicar a capacidade de desenvolvimento que essas pessoas definitivamente apresentam.

Sistemas de Comunicação: Os sistemas de comunicação utilizados pelos surdocegos podem ser divididos em alfabéticos e não-alfabéticos. A diferença principal está em que os primeiros são realizados letra por letra, enquanto os outros podem incluir palavras, por isto são mais rápidos em geral, embora a velocidade dependa mais da prática. (SERPA, 2002, p.17)

Por meio da análise das condições explicadas acima se deve abranger os conceitos dos sistemas de comunicação a seguir. Discorrer-se-á sobre as formas de comunicação receptivas mais frequentes no que se refere à criança surdocega em fase pré-linguística, e na criança surdocega em fase pós-linguística. Na fase pré-linguística são:

Pistas de contexto natural: As pistas de contexto natural são as que fazem parte do ambiente natural no qual a criança se encontra inserida como, por exemplo, o barulho da água escorrendo da torneira, o telefone quando toca, o cheiro da comida, etc. São pistas concretas, que ocorrem durante as atividades e permitem-lhe saber o que vai acontecer. A utilização de rotinas auxilia a criança a compreender o que se passa à sua volta, utilizando as pistas que se repetem em contextos significativos. (BRASIL, 2006a, p.23)

Além das pistas de contexto natural explicadas anteriormente, existem ainda as pistas táteis, que “são estímulos táteis específicos, executados no corpo da criança, para dar-lhe mensagens específicas”. Essas são dadas por meio do tato ou de movimentos, de modo a tornar-lhe compreensível o que vai acontecer (BRASIL, 2006a, p.23).

Objetos de referência: são objetos utilizados diariamente em diferentes atividades, os quais são apresentados às crianças como pistas, indicando o que vai acontecer a seguir ou o que ela irá fazer, seguindo uma progressão do mais concreto para o mais simbólico. (BRASIL, 2006a, p.23)

Na fase pré-linguística, uma forma frequente de comunicação de criança surdocega é por meio da utilização de objetos de referência no intuito de dar dicas sobre o que fazer ou qual atividade vai ser desenvolvida, apresentando, dessa forma, às crianças os objetos relativos às atividades.

Uso do calendário: Esse sistema permite à criança saber, em qualquer momento do dia, o que já aconteceu, bem como poderá prever o que irá acontecer. A elaboração do calendário exige planejamento e uma avaliação sistemática, sendo necessário tomar algumas decisões relativas a sua organização. Para construir um sistema de calendário, os objetos de referência relacionados às atividades são colocados seqüencialmente dentro de caixas ou em uma prateleira com divisórias, pela ordem em que as atividades diárias se realizarão. Esse calendário funcionará para a criança como a agenda para o adulto. (BRASIL, 2006a, p.23)

A partir da elaboração de um calendário planejado, fica possível para a criança surdocega conciliar os acontecimentos do dia, por meio da utilização de objetos que se relacionem às atividades que serão desenvolvidas dentro de uma caixa, para que a criança organize-as na ordem de acontecimento.

Pistas de imagens: À medida que a criança desenvolve seu poder de abstração, o professor, progressivamente, começa a utilizar pistas mais exigentes no nível da simbolização. As pistas oferecidas poderão ser de imagens, as quais podem incluir os contornos de objetos, os desenhos e as fotografias. As capacidades das crianças determinarão o modelo das pistas. Esses modelos de pistas exigem alguma visão para perceber a imagem, bem como capacidades cognitivas para poder compreender que o desenho de uma chave pode representar “ir para casa”. A criança deve entender que o

desenho pode representar um objeto, uma pessoa, um lugar, uma coisa ou uma atividade. (BRASIL, 2006a, p.23)

Na fase pós-linguística as formas de comunicação são diferentes, pois a pessoa adquire a surdocegueira depois da aquisição de uma língua seja o Português ou Libras:

Língua de sinais tátil: Esse sistema não-alfabético corresponde à língua de sinais tradicionalmente usada por surdos. Ao ser utilizada com crianças surdocegas, é adaptada ao tato. Essa adaptação consiste na realização dos sinais em uma ou ambas as mãos da criança surdocega, segundo opção dela. Geralmente, a posição, orientação e configuração das mãos para realização dos sinais permanecem as mesmas, mudando apenas o espaço de sinalização e a forma de recepção. O objetivo da utilização dos sinais adaptados é o de viabilizar a compreensão de toda informação pela criança surdocega. (BRASIL, 2006a, p.30)

A língua de sinais tátil é o sistema mais utilizado pelos surdos, e pode ser adaptada ao tato quando utilizada com crianças surdocegas, por meio da realização dos sinais nas mãos da criança, possibilitando a compreensão das mais variadas informações pela criança surdocega. Existe também a língua de sinais em campo visual reduzido, que se relata a seguir.

Língua de sinais em campo visual reduzido: Nesse sistema de comunicação não-alfabético, o professor interage com a criança surdocega por meios de sinais. A adaptação necessária será a de adequar o espaço de sinalização ao campo visual da criança (surdo com síndrome de Usher). Assim, o quadrante (região compreendida entre a cabeça até altura do quadril) de realização e recepção do sinal não poderá ser o mesmo do surdo, mas deverá restringir-se ao campo visual espacial perceptível da criança surdocega. (BRASIL, 2006a, p.30)

A comunicação da pessoa surdocega também pode acontecer por meio da língua de sinais em campo visual reduzido, no qual existe a interação do professor com a criança através de sinais adaptados ao campo visual da criança. Ainda há que se estudar o alfabeto manual tátil, que aduz abaixo.

Alfabeto manual tátil: Esse é um sistema de comunicação alfabético correspondente ao alfabeto manual utilizado pelas pessoas surdas. A realização do alfabeto manual às vezes necessita de adaptações. Essas adaptações consistem na realização das letras sobre a palma da mão da criança surdocega para que ela perceba,

por meio do tato, a realização do sinal, estabelecendo seu significado correspondente. (BRASIL, 2006a, p.30)

Similar ao alfabeto manual, o alfabeto manual tátil pode requerer algumas adaptações que são facilmente supridas quando da demonstração da escrita na palma da mão da criança surdocega, possibilitando a compreensão da escrita e seus sinais correspondentes. Existe ainda o sistema braile tátil ou manual, que segue as seguintes regras:

Sistema braile tátil ou manual: Esse é um sistema de comunicação alfabético baseado no sistema braile, tradicionalmente utilizado por cegos nas atividades de leitura e escrita. Em alguns casos pode-se utilizar o braile digital. Esse sistema segue as mesmas regras e convenções do braile tradicional (o dedo indicador e o dedo médio representam a cela braile e em cada falange dos dedos representa o espaço de marcação do ponto). Sua utilização ocorre no próprio corpo da pessoa surdocega e de seu interlocutor, em geral usando os dedos mencionados. Assim, a marcação dos pontos é realizada no dedo indicador e médio os quais representam as celas, e cada uma das falanges representará a marcação de cada ponto. (BRASIL 2006a, p.30)

Este sistema, no entanto, baseia-se e segue as regras do sistema do braile tradicional, e, conforme explicado acima, é utilizado no próprio corpo do surdocego, por meio da utilização dos dedos, no intuito de demarcarem-se os pontos (dedo indicador e médio - representando as celas, e falanges representando a marcação do ponto).

Escrita na palma da mão: Esse sistema alfabético consiste no registro de cada letra de uma palavra na palma da mão da criança ou em outras partes de seu corpo (braço). É necessário que a mensagem seja escrita, preferencialmente, com letras maiúsculas. O registro das letras deverá ser realizado com o dedo indicador do interlocutor no centro da palma da mão ou em outras partes do corpo da criança surdocega para que esta perceba, por meio do tato, cada letra registrada, podendo também utilizar o dedo da própria criança. (BRASIL, 2006a, p.30)

Além da escrita na palma da mão, existe ainda a escrita em tinta, que “é um sistema alfabético que consiste na escrita da mensagem em tinta, com tipos ampliados, de maneira que essa possa ser percebida pela criança surdocega por meio de seus resíduos visuais” (BRASIL 2006a, p.30).

Tablitas alfabéticas: Esse é um sistema alfabético em que se utiliza uma tablita (uma espécie de prancha em tamanho reduzido) que contém letras e números em relevo ou em braile. A comunicação é viabilizada mediante o deslocamento do dedo indicador da criança surdocega de modo que, com a ponta de seu dedo, ela perceba pelo tato cada uma das letras que formam as palavras que compõem a mensagem. (BRASIL, 2006a, p.30)

As tablitas alfabéticas são um sistema alfabético que, conforme o próprio nome já diz, utiliza-se de uma tablita (tipo de uma prancha) com números e letras em relevo ou escrita em braile. A comunicação é feita através do deslocamento do dedo da criança pelas letras para que perceba os relevos de cada uma delas, e, compreenda a mensagem que se queira passar.

Método Tadoma: Este método de comunicação consiste na percepção tátil da língua oral emitida, mediante uso de uma ou das duas mãos da criança surdocega. A recepção das mensagens orais ocorre, geralmente, mediante o posicionamento suave do dedo polegar da criança surdocega, sobre os lábios do interlocutor. Os demais dedos se mantêm sobre a bochecha, a mandíbula e a garganta do interlocutor. Essa posição viabiliza o acesso da criança surdocega à produção da fala pelos seus interlocutores. (BRASIL, 2006a, p.30)

O método Tadoma de comunicação abrange a percepção tátil da língua oral por meio da utilização das mãos da criança, estrategicamente posicionada nos lugares onde a fala é produzida (bochecha, mandíbula e garganta do interlocutor). O sistema Malossi marca as letras e números nas falanges e palmas das mãos da criança surdocega, da seguinte maneira:

Sistema Malossi: Este sistema de comunicação consiste na marcação das letras do alfabeto e dos algarismos de 0 a 9 nas falanges dos dedos e na palma de uma das mãos da criança surdocega. Distribui-se para cada falange uma letra do alfabeto; na medida em que o espaço destinado à letra é tocado, a criança vai selecionando as letras e formando as palavras que compõem a mensagem. A criança surdocega pode usar uma luva que tem impressas as letras e os números, indicando os lugares onde devem ser tocados. (BRASIL, 2006 a, p.30)

Existe, ainda, a Leitura labial, que “é a recepção de mensagens transmitidas pelo interlocutor mediante a fala por meio da leitura labial realizada pela criança surdocega, com a utilização de seus resíduos visuais” (BRASIL, 2006a, p.30). Por fim, considera-se a língua oral amplificada,

Língua oral amplificada: É a recepção da mensagem expressa pelo interlocutor por meio da língua oral, mediante o uso, por parte da criança surdocega, de aparelho de amplificação sonora (AASI). No caso do uso do AASI, é fundamental que o interlocutor se coloque a uma distância adequada, de acordo com a perda auditiva da criança surdocega, e do lado em que apresente melhores condições de percepção do som (resíduo auditivo). (BRASIL, 2006a, p.30)

Os sistemas educacionais para as crianças surdocegas são bastante amplos, visto que englobam as mais diversas técnicas que podem ser escolhidas pelo próprio surdocego, de forma que a eficácia de seus meios seja garantida.

Para Garcia (2007), a qualidade essencial de qualquer vida satisfatória e recompensadora passa quase que exclusivamente por uma interação entre as pessoas. Há pessoas surdocegas que não possuem desenvolvida uma linguagem formal. Ainda assim, elas têm uma consciência muito forte de outras pessoas, situações, ambientes, objetos.

Desta forma é preciso acreditar que comunicação não é apenas linguagem. Comunicação pode ser a "Linguagem Interna" que é construída de experiências de vida e esta, tem um poder tão grande que foge aos sentidos humanos; tem entre outras qualidades, a luz, o som, o ar, o toque, o movimento, a sabedoria e o talento.

3 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ATENDIMENTO DA PESSOA SURDOCEGA

A presente pesquisa visa contemplar o estudo das mais diversas formas de acessibilidade escolar e social da pessoa com deficiência, em especial da pessoa surdocega. Para isso, deve-se estudar as legislações e as políticas públicas que se voltam e garantem direitos à essas pessoas, além de enfatizar como a educação pode favorecer no processo de acessibilidade e inclusão social e escolar dessas pessoas.

3.1 Da legislação geral

Diante de um contexto no qual o mundo inteiro ainda se encontrava sob as consequências devastantes ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial, que se findou em 1945, teve início a idealização da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Neste momento, já haviam sido elaborados outros documentos mais específicos, bem como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração de Direitos Inglesa. Esta foi criada em 1689, e tinha por objetivo espalhar o conceito democrático depois do acontecimento das Guerras Civis Inglesas. Já, aquela, teve por objetivo dissipar o conceito de igualdade no período pós-Revolução Francesa, em 1789 (BRASIL, 2001a).

Estes documentos e outros foram primordiais para que houvesse uma manifestação da Organização das Nações Unidas (ONU) mostrando sua posição sobre estes modos de dissipação de direitos inerentes à todas as pessoas.

Evidenciou-se, desta forma, que os acontecimentos da Segunda Grande Guerra também foram decisivos para que a Organização das Nações Unidas (ONU) tomasse providências no sentido de se coibir tais atrocidades. Para tanto, foi elaborado um guia que tinha por objetivo garantir direitos às pessoas do mundo todo, sem utilizar-se de nenhuma distinção.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada em conjunto com diversas regiões do mundo todo, foi apresentada na primeira Assembléia Geral em

1946, e posteriormente enviada para a Comissão de Direitos Humanos para que fosse transformada em uma declaração internacional de direitos.

A primeira reunião ocorreu em 1947 com pessoas pertencentes a oito países, que estiveram sob a presidência de Eleanor Roosevelt, viúva de Franklin D. Roosevelt (presidente americano) (BRASIL, 2001a).

Seu primeiro texto foi aprovado durante a realização da Assembleia Geral das Nações Unidas, que ocorreu em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217A (III) (BRASIL, 2013).

Isso implicou, no entanto, em consequências legais que se espalharam por todos os outros países que traduziram o documento, e passaram a utilizá-lo em suas constituições. É, portanto, resultado de uma grande luta contra a discriminação geral das pessoas no âmbito social, e visa garantir a extensão destes direitos humanos a todo e qualquer cidadão. Isso implica na inclusão da pessoa surdocega neste contexto, já que os Direitos Humanos devem incidir sobre todo e qualquer ser humano, sem qualquer tipo de discriminação.

Em 9 de dezembro de 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, por meio da Resolução nº 2.542/1975 (ONU, 1975), que conceituou a pessoa com deficiência.

Identifica aquele indivíduo que, devido a seus “déficits” físicos ou mentais, não está em pleno gozo da capacidade de satisfazer, por si mesmo, de forma total ou parcial, suas necessidades vitais e sociais, como faria um ser humano normal. (ONU, 1975, p.1)

Esta resolução reafirmou a garantia das pessoas com deficiência de gozar dos mesmos direitos que atingem todos os cidadãos, sem nenhuma discriminação. Isso engloba os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como direitos civis e políticos que possuem os demais cidadãos.

Além disso, a referida resolução ainda dispõe que as pessoas com deficiência “têm direito a que suas necessidades especiais sejam levadas em consideração em todas as fases do planejamento econômico-social do país e de suas instituições”. (ONU, 1975, p. 2)

Ainda no mesmo sentido, cabe enfatizar que a referida resolução traz garantias legais que merecem destaque, como o direito de desfrutar uma vida plena, levando em consideração o respeito à sua dignidade humana, sem qualquer

distinção em decorrência da “origem, natureza e gravidade de suas deficiências” (ONU, 1975, p. 2).

Os direitos civis e políticos também são assegurados a todas pessoas com deficiência, bem como o direito a tratamento médico, psicológico e funcional. Além disso, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes tratam de medidas de capacitação para aumentar a autoconfiança dessas pessoas.

Estes direitos serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem social ou nacional, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito ao próprio deficiente ou a sua família. (ONU, 1975, p. 2)

Verifica-se que os instrumentos legais citados anteriormente visam à inclusão total da pessoa com deficiência na vida em sociedade, sem qualquer distinção originada pelas suas limitações, e isso incide também sobre as pessoas com surdocegueira de que trata a presente pesquisa.

Além dos dispositivos legais já citados, existe ainda a Promulgação Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as pessoas com deficiência, que entrou em vigor por meio da promulgação do Decreto nº 3.956 em 8 de outubro de 2001. (BRASIL, 2001b)

Importante salientar o que dispõe o artigo I do decreto, que remete ao significado de deficiência tratando da limitação do ser humano,

O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (BRASIL, 2001b, p. 1)

Evidencia-se, então, que a deficiência é a limitação do ser humano de exercer atividades que lhe são essenciais para a vida cotidiana e sua natureza pode ser permanente ou transitória. No Brasil, a surdocegueira vem sendo reconhecida como deficiência pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Justiça e Secretaria Nacional dos Direitos Humanos desde 2000.

Já em se tratando de discriminação contra as pessoas com deficiência, há abertura para duas diferentes interpretações, uma baseada em diferenciação e exclusão, e a segunda, quando não há ensejo à diferenciação ou preferência por meio do estado. A primeira delas determina que:

O termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (BRASIL, 2001b, p. 2).

Ou seja, é vedada, de acordo com o Decreto nº 3.956/2001 (BRASIL, 2001b) a discriminação das pessoas com deficiência, bem como das pessoas surdocegas, de que trata a presente pesquisa. A outra vertente de que estabelece o artigo I do decreto ressalta o seguinte teor:

Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação. (BRASIL, 2001b, p. 2)

Dessa forma, verifica-se que não caracteriza discriminação quando o Estado utiliza as características específicas das pessoas com deficiência para promover políticas inclusivas destas pessoas.

Para que haja completa mitigação da discriminação, o artigo III determina que os Estados têm que se comprometer a tomar as medidas necessárias, seja no âmbito legislativo, social, educacional, trabalhista ou de qualquer outra natureza, visando a plena integração das pessoas com deficiência na sociedade, considerando as medidas que passa a aduzir e, apresentadas a seguir.

a) medidas das autoridades governamentais e/ou entidades privadas para eliminar progressivamente a discriminação e promover a integração na prestação ou fornecimento de bens, serviços, instalações, programas e atividades, tais como o emprego, o

transporte, as comunicações, a habitação, o lazer, a educação, o esporte, o acesso à justiça e aos serviços policiais e as atividades políticas e de administração;

b) medidas para que os edifícios, os veículos e as instalações que venham a ser construídos ou fabricados em seus respectivos territórios facilitem o transporte, a comunicação e o acesso das pessoas portadoras de deficiência;

c) medidas para eliminar, na medida do possível, os obstáculos arquitetônicos, de transporte e comunicações que existam, com a finalidade de facilitar o acesso e uso por parte das pessoas portadoras de deficiência; e

d) medidas para assegurar que as pessoas encarregadas de aplicar esta Convenção e a legislação interna sobre esta matéria estejam capacitadas a fazê-lo. (BRASIL, 2001b, p. 3)

Por meio destas medidas é que o Estado visa garantir que as pessoas com deficiência não sofram com discriminações, e intensifica ainda que as discriminações não devam existir, nem que sejam originadas por qualquer motivo relacionado com as deficiências existentes.

Ressalta-se ainda, no mesmo sentido, a Declaração de Salamanca, que foi resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em cooperação com a UNESCO em 1994, na Espanha, no qual estabelece algumas diretrizes no âmbito das necessidades educacionais especiais. Foi responsável, por um movimento favorável à inclusão no país (UNESCO, 1994).

A Declaração de Salamanca é orientada por diversos princípios norteadores, e, cabe destacar o conteúdo referente às necessidades educacionais e à postura das escolas, por meio do conteúdo que segue:

As escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares, (UNESCO, 1994, p. 3)

Evidencia-se, que o termo "necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem" (UNESCO, 1994, p. 4).

Diante da análise da legislação geral, verifica-se que a pessoa surdocega, possui diversas garantias que são asseguradas por lei, e, que, portanto, devem sempre ser respeitadas para que haja seu pleno desenvolvimento.

3.2 Das leis específicas

As crianças com deficiência, especialmente as surdocegas, necessitam de maior atenção pelo método de ensino utilizado no sistema educacional do país. Além do currículo formal, voltado à todas as crianças, deve existir um currículo funcional, voltado para as necessidades específicas das crianças com deficiência.

Agregar um currículo com atividades funcionais pode ser uma ferramenta de extrema importância, visto que se relaciona com as atividades autônomas do educando, quais sejam:

1) comunicação (capacidade de receber e enviar a um parceiro informação significativa usando formas adequadas e alternativas de comunicação expressiva); 2) atividades de vida diária (capacidade de se organizar em ambientes significativos, tais como a casa, a escola ou a comunidade); 3) alimentação (orientar e contribuir para uma mastigação adequada, escolha de alimentos, autoalimentação); 4) controle de esfíncteres (capacidade de usar adequadamente o banheiro); 5) higiene pessoal (capacidade de cuidar do próprio corpo), e 6) orientação e mobilidade (capacidade de movimentar e localizar-se em ambientes conhecidos por meio da identificação dos espaços e pistas do ambiente). (BRASIL, 2006 b, p.43)

O trabalho pedagógico, no entanto, precisa de um respaldo legal que permita com que as crianças surdocegas sejam plenamente inseridas no convívio escolar, bem como não tenha limitações em seu aprendizado, de forma transdisciplinar.

Esta transdisciplinaridade busca fazer a adequação das condições necessárias ao desenvolvimento mais eficaz da criança surdocega, com múltipla deficiência sensorial, ou ainda com qualquer limitação que a impeça de ter um desenvolvimento dentro do normal na escola (BRASIL, 2006b).

Assim, há que se observar que esta adequação deve se estender ao lar do educando. Todas as pessoas que estejam direta e indiretamente ligadas no processo educacional da criança devem informar-se a respeito das formas inclusivas, e, efetivamente aplicá-las no convívio em sociedade.

O trabalho que a escola irá desenvolver com as crianças surdocegas tem como objetivo o sucesso em sua vida futura. É necessário estabelecer intervenções nas quais os objetivos estejam de acordo com as reais necessidades da criança. Por isso, é importante que toda a comunidade escolar e local estejam envolvidas no processo de escolarização e desenvolvimento da criança surdocega. Deve-se planejar alternativas de inclusão da criança surdocega nas atividades sociais e culturais, enfim, pensar formas que viabilizem sua vida em sociedade. (BRASIL, 2006 b, p. 46)

Ademais, existem diversas leis específicas que regulam sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social. Uma delas é a Lei Federal nº 7.853/1989 que, além de disciplinar as formas de incentivar o desenvolvimento de pessoas com deficiência, também regula a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências (BRASIL, 1989).

Em se tratando do âmbito educacional, cabe ressaltar que o artigo 2º, inciso I e suas alíneas da Lei Federal nº 7.853/1989 dispõe que cabe ao Poder Público e seus órgãos assegurar o pleno exercício dos direitos básicos à pessoa com deficiência.

Art. 2º. I - na área da educação: a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios; b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas; c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino; d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência; e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo; f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino. (BRASIL, 1989, p. 1)

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional define que a educação de crianças com necessidades especiais será realizada preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996), conforme estabelece o artigo 58, e seus parágrafos:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. §3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 5)

Percebe-se que a educação especial deverá ser ofertada pela rede regular de ensino, e, como estipula o §3º, é dever constitucional do Estado, deve englobar a faixa etária de zero até seis anos, e incidir sobre todo o período de educação infantil.

As escolas necessitam, portanto, adaptar-se à nova realidade por meio de um desenvolvimento no sentido da diferenciação de intervenção que possibilite respostas adaptadas à realidade de cada criança e que dê a todas elas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. Nesse processo, as crianças devem ser consideradas como elementos chave nas decisões sobre métodos de ensino a utilizar, devendo, sempre que possível funcionar como ponto de referência nas decisões relacionadas com os assuntos e conteúdos a ensinar. (BRASIL, 2006b, p. 49)

Ainda nessa mesma seara, cabe salientar os propósitos educacionais existentes no Brasil, levando em consideração que a educação é um direito de todos os cidadãos, não importando suas limitações.

Os propósitos da educação de qualquer brasileiro, seja ele considerado 'deficiente' ou não, decorrem dos pressupostos da sociedade brasileira e estão na Constituição Federal e nas leis de educação. A educação básica que se pretende para todos está voltada para a formação integral do educando, em seu tríplice aspecto: um, individual, de 'auto-realização'; outro, individual e social, de qualificação para o trabalho; e um terceiro, predominantemente social, de preparo para o exercício de uma cidadania consciente. (MAZZOTTA, 1993, p. 20-21)

Para que haja a formação integral do educando, em seu tríplice aspecto que engloba a autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para a cidadania

consciente, deve-se, então, proporcionar às crianças surdocegas todas as oportunidades para que possa aprender e se desenvolver.

Essas necessidades especiais podem e devem ser supridas no desenrolar da escolarização da criança, conforme estabelecem as legislações em questão, sem qualquer prejuízo à mesma.

Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a Escola Inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (UNESCO, 1997, p. 4)

Percebe-se que a inclusão escolar é de extrema importância para o desenvolvimento de uma pedagogia ampla, que possa educar todas as crianças, independentemente da limitação que a criança possua.

3.3 Do decálogo do surdocego

O Decálogo do Surdocego foi o texto aprovado na IV Conferência Mundial “Helen Keller”, que foi realizada em Estocolmo, em setembro de 1989. Este documento estabeleceu que “1. Todo país deve realizar o censo de sua população surdocega” (ESTOCOLMO, 1989, p.1). Há, no entanto, necessidade de se constatar, em quantidade, o número de pessoas que possuem surdocegueira, para, então, tomar as medidas necessárias à inclusão destas pessoas.

Isso ocorre, porque “10- É essencial que a sociedade tome conhecimento das possibilidades e necessidades do surdocego para que possa exigir o apoio governamental e comunitário na criação de Serviços” (ESTOCOLMO, 1989, p. 1).

Além disso, também consta no Decálogo que: “2. A surdocegueira é uma deficiência única, e não a simples soma das deficiências surdez e cegueira, assim requer Serviços Especializados”. Constata-se que a surdocegueira não se

caracteriza tão somente pela presença de deficiência auditiva e visual no mesmo indivíduo, apresentando também características únicas que merecem destaque. Justamente por isso, deve-se formar “profissionais altamente especializados em todos os países. Quando, em algum país, não for possível formar esses especialistas, deverá ser solicitada a ajuda de outras nações” (ESTOCOLMO, 1989, p.1). Além disto, o Decálogo também apresenta a necessidade de se formar intérpretes, que são imprescindíveis no auxílio à formação da pessoa com surdocegueira.

Cabe enfatizar que o desenvolvimento pessoal da pessoa surdocega tem grandes obstáculos, como, por exemplo, a comunicação. Por este motivo, os métodos de ensino devem ser voltados a este grupo de alunos para que haja eficácia. Remete-se que: “5. Todo país deverá oferecer oportunidades para a educação do surdocego” (ESTOCOLMO, 1989, p. 1).

Por fim, o documento referido faz menção à obrigatoriedade da participação das pessoas com surdocegueira em atividades de recreação e lazer, para que sempre haja interatividade com a sociedade, no geral.

4 Da importância da educação

Conforme o transcorrer dos tempos, a sociedade tem adquirido novas formas de ver e lidar com as deficiências dos indivíduos, de acordo com a cultura, a época e até mesmo os valores vigentes. As causas para a ocorrência da deficiência já foram muitas vezes atribuídas à responsabilidade divina, sendo o deficiente caracterizado como aquele que merece castigo de Deus e ao mesmo tempo necessita da caridade daqueles que acreditavam nos preceitos religiosos, determinados pela salvação através do amor aos semelhantes (MORAES, 2007).

A forma como a sociedade interage com as pessoas com deficiência se modificou e vem transformando ao longo da história. Muitos foram considerados incapazes, inválidos, inferiores, antes que fossem vistos como cidadãos com direitos e deveres (LIMA, 2006, p.27).

Mesmo com todos os obstáculos, alguns sujeitos alcançaram a condição de cidadãos; outros, certamente a maioria, não tiveram a mesma trajetória. Essa situação pode ser alterada com a evolução do humanismo, do conhecimento da diversidade e das possibilidades humanas. Somente com a modificação da sociedade, propiciada pela interação com as pessoas com deficiência, é que se pode vislumbrar uma sociedade mais fraterna e cooperativa. (LIMA, 2006, p.28)

Lima (2006) parte de dois princípios, o da identidade e o da diversidade. Todos são iguais, ao mesmo tempo, todos são diferentes numa sociedade.” Estamos incluídos nesta sociedade humana pelo princípio da identidade, mas podemos ser excluídos pelo princípio da diversidade” (LIMA, 2006, p. 20). Sendo assim, é necessário discutir a inclusão, porque há uma sociedade excludente, que dicotomiza identidade e diversidade.

O mesmo autor considera tanto a integração quanto a inclusão como formas de inserção social, mas enquanto a primeira trata as deficiências como problema pessoal dos sujeitos e visa à manutenção das estruturas institucionais, a segunda considera as necessidades educacionais dos sujeitos como problema social e institucional, procurando transformar as instituições (LIMA, 2006).

A partir da integração, podem ser buscadas as bases para uma maior interação entre alunos com deficiências, alunos sem deficiências e professores comuns. Contudo, o processo tende a ser

mais lento e mais sujeito a retrocessos. A inclusão exige medidas mais afirmativas para adequar a escola a todos os alunos, inclusive os que apresentam necessidades especiais. (LIMA, 2006, p.24)

A educação é, sem dúvidas, a principal ferramenta para a transformação social verdadeira que tanto se almeja (PAULINO; SANTOS, 2012, p. 11). Nos dias de hoje, as desigualdades sociais e o desrespeito às diferenças são banalizados em nosso cotidiano, e a escola acaba refletindo e reproduzindo estas relações. Desta forma, nossa sociedade e nossas escolas estão envolvidas por uma lógica que determina a exclusão de alguns grupos para o beneficiamento de outros.

Inclusão e exclusão são conceitos intrinsecamente ligados, e um não pode existir sem o outro porque inclusão é, em última instância, a luta contra exclusões. Sempre existirá a luta por uma educação inclusiva. Se exclusões sempre existirão, a inclusão poderá ser encarada como um fim em si mesmo. Inclusão sempre é um processo. (PAULINO e SANTOS, 2012, p. 12)

De acordo com Paulino; Santos (2012), a igualdade, que consiste em um dos fundamentos da Educação Inclusiva, não é, de forma alguma, tornar igual. Incluir não é nivelar nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário, as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas. Portanto “aluno-padrão” não existe, cada indivíduo deve ser valorizado como é, e todo processo de ensino-aprendizagem deve levar em conta estas diferenças. E para isso ocorrer é preciso ser revistos o currículo e a avaliação das escolas.

4.1 Da aprendizagem das pessoas surdocegas

As problemáticas de que se trata acima são definidas pelo Ministério de Educação e Cultura – (MEC), de acordo com os comportamentos que as pessoas surdocegas geralmente apresentam

1) Dificuldades em elaborar a consciência da relação dos segmentos corporais em si e destes com objetos (fase comum a todas as crianças); 2) limitações para o movimento e funcionamento do próprio corpo; 3) insegurança pessoal; e, 4) atraso no desenvolvimento motor e afetivo, pode ser atribuído à qualidade e quantidade das interações mantidas com o ambiente (BRASIL, 1996, p. 13)

Verifica-se diante das características acima mencionadas, que as pessoas com surdocegueira apresentam diversas dificuldades, pois, diferente das crianças normais, não possuem a audição e a visão para auxiliar suas atitudes e melhorar seu aprendizado.

Os perfis das crianças com surdocegueira podem apresentar diversas variações, que podem existir em razão de vários motivos especificados no parágrafo abaixo:

1. características da interação que mantém com o meio, decorrentes do comprometimento dos sentidos de distância (audição e visão) e da disponibilidade do meio para interagir com elas utilizando formas adaptadas às suas necessidades; 2. grau de perda auditiva; 3. grau de perda visual; 4. outros comprometimentos associados, entre eles o motor e o neurológico; 5. período de aquisição da surdocegueira. (BRASIL, 1996, p. 13)

Estes perfis, especificam diversos níveis nos quais a surdocegueira pode incidir no desenvolvimento geral da criança, como, por exemplo, o grau que determina a sua deficiência visual ou auditiva, que pode variar.

Neste sentido, cabe, ainda, enfatizar, que a sociedade, no geral, prefere fechar os olhos às deficiências que permeiam o mundo em que vivem, e, por isso, ressalta-se o que Vygostki¹ (1989) expõe a seguir:

A humanidade sempre há sonhado como um milagre religioso que: os cegos vejam e os mudos falem. É provável, que a humanidade triunfe sobre a cegueira, a surdez e a deficiência mental. Porém a vencerá no plano social e pedagógico muito antes que no plano biológico e medicinal. É possível que não esteja longe o tempo em que a pedagogia se envergonhe do próprio conceito de “criança com defeito”. (VYGOTSKI, 1989, p.61)

A situação ideal, segundo o entendimento de Vygostki (1989) é de que não se utilize mais o termo “deficiência”, pois isso remete ao termo “criança com defeito”, e, para o autor, a pessoa que apresenta alguma deficiência possui apenas algumas potencialidades. Existem pessoas com necessidades especiais, e isto deve ser respeitado para que haja o devido convívio social de todos os seres humanos.

¹ Existem várias maneiras de se escrever o nome do autor dependendo do idioma em que foi escrita a obra, nesse trabalho adotaremos a forma Vygotski.

O surdo falante e o trabalhador cego participantes da vida geral em toda sua plenitude, não sentirão sua deficiência e não darão motivo para que os outros a sintam. Está em nossas mãos o desaparecimento das condições sociais de existência desses defeitos, ainda que o cego continue sendo cego e o surdo continue sendo surdo. (VYGOTSKI, 1989, p.61)

Daí surge a necessidade de se utilizar uma política inclusiva, principalmente no que tange às questões educacionais. Segundo Vygotsky, (1989) a melhor forma de amenizar as deficiências existentes é por meio da mediação do professor no ensino-aprendizagem, e, para tanto, cabe à própria sociedade mitigar esta situação.

5 DIFERENTES ASPECTOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL DAS PESSOAS COM SURDOCEGUEIRA

A presente pesquisa fundamenta-se nos estudos realizados por Vygotsky, que defende que as crianças com deficiência devem ser educadas de forma a interagir com outras crianças.

O aprendizado é uma das principais fontes da criança em idade escolar, e é também uma poderosa força, que direciona o seu desenvolvimento, determinando o destino de todo o seu desenvolvimento mental. (VYGOTSKI, 1991, p. 74)

O sistema educacional, portanto, ocupa uma posição de grande destaque para direcionar o desenvolvimento do aluno, implicando também na desenvoltura do desenvolvimento mental. Por isso, é que se deve ter a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares, pois,

Na escola especial se cria muito prontamente uma atmosfera insalubre, um regime de hospital. O cego se move dentro do estreito âmbito dos cegos. Neste ambiente cego. Por sua natureza, a escola especial é anti-social e educa a anti-sociabilidade., tudo alimenta o defeito, tudo fixa o cego em sua cegueira e o “traumatiza” precisamente nesse ponto. (VYGOTSKI, 1997, p. 84)

Conforme o entendimento de Vygostky (1997), o ambiente da escola especial não é apropriado para o desenvolvimento pleno da pessoa cega. E este entendimento pode se estender aos surdocegos, como também às pessoas com outras deficiências. Evidencia-se, que a escola especial, é antissocial e não incentiva o crescimento intelectual do aluno com deficiência.

Os alunos com deficiência podem sim alcançar o mesmo grau de desenvolvimento que os demais alunos, desde que sejam utilizadas as medidas necessárias para tanto. Necessita-se, no entanto, que o professor ou o responsável pela educação conheça estes caminhos e atue em sua prática pedagógica de maneira a estimular o processo de conhecimentos destes alunos (VYGOTSKI, 1995).

Levando em consideração que a pessoa com surdocegueira apresenta ainda outras características que merecem destaque, como limitações nos próprios atos, insegurança e atraso no desenvolvimento motor e afetivo, percebe-se que inseri-la

num meio com crianças com desenvolvimento normal é uma forma de incentivar seu crescimento pessoal e intelectual.

Ainda segundo o autor, “é impossível apoiar-se no que falta a uma criança, naquilo que ela não é. Torna-se necessário ter uma ideia, ainda que seja vaga, sobre o que ela possui, sobre o que ela é” (VYGOTSKI, 1989, p. 102). Ou seja, deve-se conhecer as limitações da pessoa surdocega, para que, profissionalmente seja encontrada a melhor forma de trabalhar com a mesma, sempre prezando pela melhor forma de desenvolvimento.

(...)os profissionais da educação precisarão promover a criação de redes de apoio que os ajudem a conhecer, analisar e discutir as necessidades dos alunos surdocegos, conhecendo os sistemas de comunicação que cada aluno constrói, as possibilidades de intervenção pedagógica adequada a partir da socialização desses sistemas com a comunidade escolar, ampliando os limites e superando os obstáculos. (GALVÃO e MIRANDA, 2013, p. 15)

Evidencia-se, que a inclusão social depende diretamente dos profissionais empenhados em tornar o processo educativo globalizado. Então, para que as pessoas com surdocegueira tenham seus direitos escolares garantidos devem ser estimuladas a comunicar-se com as outras pessoas, para que, conseqüentemente, tenham um bom nível de desenvolvimento. O papel do pedagogo é de extrema importância para que a limitação existente seja mitigada, e para que os obstáculos presentes na vida do surdocego sejam cada vez menores.

Diante de todo o conteúdo exposto, evidencia-se que a surdocegueira possui suas próprias especificidades que devem, portanto, ser respeitadas e que podem ser transpassadas se houver uma boa política de inclusão social, em respeito à legislação vigente, e ainda, contando com o auxílio da família, que é primordial no estímulo ao desenvolvimento do surdocego, juntamente com a escola que deve estar preparada para recepcionar o aluno com essa deficiência.

A legislação vigente contempla as mais diversas vertentes acerca da deficiência múltipla que é a surdocegueira, contudo, a fiscalização daquilo que se encontra escrito deve existir, visto que, muitas das escolas atuais ainda não são amoldadas à suprir as necessidades de um aluno surdocego.

Conclui-se, que a educação é uma importante ferramenta que deve ser utilizada em prol do aluno surdocego, garantindo, assim, os seus direitos e

permitindo que seu desenvolvimento não seja prejudicado. Portanto, a escola deve estar sempre preparada, com profissionais qualificados e infra-estrutura planejada para a recepção de alunos surdocegos, ou com outro tipo de deficiência.

A pessoa surdocega não deve ser subestimada, pois sua capacidade de se desenvolver existe, o que a difere do desenvolvimento das pessoas normais é o caminho utilizado para este fim, que deve ser amoldado às suas necessidades, e, por isso, é diferenciado, mas, por meio de um trabalho conjunto da escola e professor, a evolução do aluno surdocego é certa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da elaboração do presente trabalho foi possível perceber a importância de se estudar as diferentes formas de acessibilidade, bem como de caracterizar e discutir a respeito das leis que embasam o acesso à educação da pessoa surdocega.

Visualiza-se que os objetivos foram alcançados no momento em que a pesquisa de cunho bibliográfico possibilitou o entendimento a respeito da temática, destacando que a pessoa surdocega tem plena capacidade de se desenvolver como qualquer pessoa, mas precisa de estímulo e mediação que deve ser feito na escola, por um pedagogo qualificado e capacitado.

A pesquisa aqui apresentada tem como finalidade contribuir para a união dos profissionais da educação em torno de um mesmo objetivo, que é o de proporcionar aos estudantes com surdocegueira oportunidades de efetivo acesso à educação e à vida social.

A pessoa surdocega caracteriza-se por uma deficiência única, e não a junção das deficiências auditiva e visual, podendo abranger o comprometimento que se apresenta em graus variados dos sentidos da visão e audição. Ela se divide em congênita e adquirida, e se manifesta em pessoas cegas que se tornam surdas, pessoas surdas que se tornam cegas, ou pessoas que nasceram ou adquiriram surdocegueira precocemente.

A pessoa com surdocegueira apresenta diversas dificuldades referentes a aprendizagem e adaptação aos métodos de ensino tradicionais, dessa forma essas pessoas desenvolvem diversas outras formas de comunicação, para conseguir entender e interagir com outras pessoas e o meio ambiente, a fim de ter acesso às informações, orientação, educação, trabalho e vida social.

A acessibilidade por meio dos mecanismos de atuação e promoção possibilita o acesso à comunidade, considerando e respeitando as dificuldades e as características individuais que as pessoas surdocegas possuem em sua comunicabilidade. Ao garantir o direito de comunicabilidade, a acessibilidade estará garantindo ou tornando acessível, o direito a livre expressão das pessoas surdocegas. Acessibilidade essa que garante o acesso, os direitos, os deveres, para que cresçam nessas pessoas a identidade e cidadania, de forma a potencializar a participação e consideração social-humanitária no meio em que estão inseridos.

Fato é que as pessoas surdocegas podem alcançar o mesmo grau de desenvolvimento que as demais pessoas. Ao se pensar em uma escola inclusiva os professores necessitam conhecer estes caminhos de forma a atuarem em sua prática pedagógica de maneira a estimular o processo de conhecimento, atendendo todas as especificidades dos alunos, independente das dificuldades de aprendizagem que ele apresente.

É válido refletir alguns pontos relevantes que remetem a essa compreensão: a mediação do professor, adequação das atividades e do ambiente a favorecer o processo de inclusão das crianças surdocegas, priorizar a adequação dos conteúdos escolares, buscando a emancipação dos sujeitos, eliminar as barreiras arquitetônicas, criar estratégias para desenvolver o potencial psicomotor do surdocego e para promover sua independência. A pessoa com surdocegueira quando recebe um tratamento educacional adequado, tem condições de superar sua deficiência, podendo preparar-se para a vida social.

Para que os professores possam atuar nesta perspectiva inclusiva, é fundamental cuidar do seu processo de formação, tanto inicial quanto permanente, a fim de que a escola possa ser colaboradora no processo de inclusão social e educacional, contando também com o auxílio da família, no qual é primordial pela formação individual da pessoa surdocega.

Contudo, não se pode dar por finalizado este estudo, tampouco tirar conclusões definitivas, mas acreditar que, na medida em que o mesmo é aprofundado, e a partir dessa experiência de trabalho, a temática ganha certo espaço nas discussões na área da educação. Estes estudos suscitam novas inquietações que conduzem futuros estudos.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. 1989.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível na internet em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2013.

_____. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. 1999.

_____. **Cidadania.** 2001a. Disponível na internet em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/direitos-do-cidadao/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 28 jul. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica.** Secretaria da Educação Especial. MEC; SEESP, 2001b.

_____. Ministério da Educação e da Cultura. **Saberes e Práticas da Inclusão. Dificuldades de comunicação e sinalização: Surdocegueira / múltipla deficiência sensorial** Secretaria de Educação Especial – Brasília: MEC/SEESP – 2006a.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (SEESP). **Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades de Comunicação e sinalização – Surdocegueira /múltipla deficiência sensorial.** 4ª Edição. Brasília, 2006b. Disponível na internet em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdosegueira.pdf>>. Acesso em 30 ago.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 2013. Disponível na internet em: <<http://www.justica.gov.br/portal/ministerio-da-justica/>>. Acesso em 27 jul. 2013.

CADER-NASCIMENTO, Fatima Ali Abdalah Abdel. **IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO EMPÍRICA DE PROGRAMAS COM DUAS CRIANÇAS SURDOCEGAS, SUAS FAMÍLIAS E PROFESSORAS.** São Carlos/SP, 2003. Disponível em: <http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=180>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CADER-NASCIMENTO, Fátima Ali Abdalah Abdel; COSTA, Maria da Piedade Resende da. **Mediação pedagógica no processo de desenvolvimento da comunicação em crianças surdocegas.** Temas em Psicologia da SBP—2003, Vol.

11, no 2, 85– 96. Disponível em: <http://www.sbponline.org.br/revista2/vol11n2/art01_t.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2013.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. **Análise de uma experiência de atitudes comunicativas entre mãe e adolescente surdocega: construção de significados compartilhados.** São Carlos : UFSCar 2007. Disponível em: <http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1781>. Acesso em: 25 abr. 2013.

CARMO NETO, H. **Percepções de educadores quanto a inclusão e integração de crianças e jovens com necessidades especiais.** Dissertação de Mestrado, não publicada, apresentada ao Programa de Psicologia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, .2000.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

ESTOCOLMO. **IV Conferência Mundial “Helen Keller”.** 1989.

GALVÃO, Nelma de Cássia Silva Sandes; MIRANDA, Theresinha Guimarães. **Atendimento educacional especializado para alunos com surdocegueira: um estudo de caso no espaço da escola regular.** Rev. bras. educ. espec. vol.19 nº. Marília. Jan./Mar. 2013.

GARCIA, Alex. **As Origens da Educação de Surdocegos.** Associação Gaúcha de Pais e Amigos dos Surdocegos e Multideficientes 2007. Disponível em: <<http://www.agapasm.com.br/artigo002.asp>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

GARCIA, Alex. **Comunicar é preciso: Os Meios de Comunicação do Surdocego.** Associação Gaúcha de Pais e Amigos dos Surdocegos e Multideficientes 2007. Disponível em: <<http://www.agapasm.com.br/artigo003.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

GRUPO BRASIL. de Apoio ao Surdocego e ao Deficiente Múltiplo Sensorial. **Folheto Informativo sobre Surdocegueira.** São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.grupobrasil.org.br/>>. Acesso em: 13 agost. 2013.

GUATEMALA. CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala, 28 de maio 1999.

JUNG, Carl Gustav. **Psicologia e Alquimia,** Editora Vozes, Petrópolis,1990.

KINNEY, Richard. **Um Olhar Sobre a Cegueira: Surdocegueira**. Site Desenvolvido pela Acessibilidade Brasil 2005. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/?itemid=98>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Editora Avercamp, 2006.

MAIA, Shirley Rodrigues. **Aspectos Importantes para saber sobre Surdocegueira e DMU**. Curso de Formação Continuada de Professores para o AEE UFC / SEESP / UAB / MEC Versão 2010. Disponível em: <http://escritades.dominiotemporario.com/doc/09AEE_DMU_Surdoceg.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

MAZZOTTA, M.J.S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: EPU, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 1996. Disponível na internet em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2013.

MORAES, Marina Grava De. **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL EM ESCOLAS**. BAURU - SP UNESP, 2007. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Marina%20Grava%20%2Final.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

OLIVEIRA, Ustane Fabíola Cerqueira de. **A aprendizagem do surdocego no contexto da escola regular: reflexões sobre atendimento educacional especializado**. 2012. 43 f. 1 (4) - Curso de Atendimento Educacional, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Feira de Santana - Bahia, 2012.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Paris, 1948.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 2.542/1975: Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em 28 jul. 2013.

PAULINO, Marcos Moreira. SANTOS, Monica Pereira Dos. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Editora Cortez, 2012. (2ª edição).

PIERUCCI, Antonio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

SANTOS, Miralva Jesus Dos; GALVÃO, Nelma de Cássia Silva Sandes; ARAÚJO, Sheila Correia de. **Atendimento educacional específico: Deficiência visual e surdocegueira.** Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-24.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

SANVITO, Wilson Luiz. **Síndromes Neurológicas.** São Paulo, Ed. Atheneu, 1997.

SÃO PAULO, Governo do Estado. **I Fórum Regional de Surdocegueira e Deficiência Múltipla Sensorial: Perspectivas Educacionais na Rede Estadual de Ensino.** Centro de Apoio Pedagógico Especializado. Secretaria da Educação, 2012.

SCHWARZBACH, Kelly Micheline. **Ação Pedagógica para a Socialização do surdocego.** Santa Cruz do Sul/RS, 2009. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21054:acao-pedagogica-para-a-socializacao-do-surdocego&catid=142:monografias-e-trabalhos&Itemid=29>. Acesso em: 10 jun. 2013.

SERPA, Ximena. **COMUNICAÇÃO PARA PESSOAS SURDOCEGAS.** Publicação – Instituto Nacional para Cegos. Bogotá - Colômbia, 2002. Disponível em: <http://www.ahimsa.org.br/centro_de_recursos/projeto_horizonte/COMUNICACAO_PARA_PESSOAS_SURDOCEGAS.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

SILVA, Alexandre Marciano da. **Educação do Surdocego: Transpondo Obstáculos Através do Estabelecimento da Comunicação.** Jacaréi-SP: UNOPAR 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/educacao-do-surdocego-transpondo-obstaculos-atraves-do-estabelecimento-da-comunicacao/32862/>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

SILVA, Ana Maria de Barros. **Surdocegueira.** Cambuci/SP, 2001. Disponível em: <http://sentidos.uol.com.br/canais/materia.asp?codpag=1267&cod_canal=11>. Acesso em: 10 jun. 2013.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível na internet em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2013.

VIEIRA, Cenilza. **A surdocegueira: : breve histórico.** Cuiabá - Mato Grosso, 2010 . Disponível em: <<http://professoracenilza.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Completas: fundamentos de defectologia.** Havana: Editorial Pueblo e Educacion, v. 5, 1989.

_____. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

_____. **Fundamentos de defectologia.** Havana: Pueblo y Educación, 1995.

_____. **Obras Escogidas V – Fundamentos de defectología.** Madrid: Visor, 1997.

_____. **A formação Social da Mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.